



**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DE MIRE DE TIBÃES**

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'B' and 'M'.

RELATÓRIO E CONTAS GERÊNCIA

Ano

2020

ÍNDICE

Contas Gerência _____	1
Análise da Situação Económica e Financeira: _____	2
Principais Rubricas de GASTOS _____	4
Principais Rubricas de RENDIMENTOS _____	6
Situação Patrimonial e Resultado do Período _____	8
Proposta de Aplicação dos Resultados _____	10
Anexos _____	11

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Julia' and 'D. S. P. F.']

Contas Gerência

➤ Estimados Membros;

Em conformidade com os estatutos, a Direção submete à vossa apreciação, discussão e votação o presente Relatório e as respetivas Contas referentes ao exercício de 2020.

O presente documento tem como objetivo demonstrar a execução operacional e financeira, delineada e aprovada no Orçamento para o ano em análise.

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), previstas pela normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo, abreviadamente designadas por ESNL aprovada pelo Decreto – Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

Para melhor compreensão e esclarecimento serão apresentados gráficos comparativos, balancetes, Demonstrações Financeiras, nomeadamente, o Balanço e Demonstração de Resultados por Natureza elaborados de acordo com normativo contabilístico que regula as IPSS, SNCSNL (Sistema de Normalização Contabilística Sector Não Lucrativo).

Os valores a seguir apresentados foram extraídos dos balancetes de fim de exercício, após conferidas e conciliadas as respetivas contas específicas que integram o plano estruturado para o Centro Social e Paroquial de Mire Tibães.

Propomos e pedimos a todos os elementos o voto favorável para aprovação das contas de 2020.



Análise da Situação Económica e Financeira - Exercício 2020

Analisada a situação económica do Centro Social e Paroquial de Mire Tibães, relativa ao exercício de 2020, verificou-se que a mesma se encontra estável, mantendo o equilíbrio dos anos anteriores. De realçar, que o ano 2020 foi um ano atípico marcado pelo contexto e atualidade que se está a vivenciar Covid -19.

A situação de emergência de saúde pública que se vive atualmente e está para durar, trouxe novos desafios e novas exigências à Instituição. Exigiu um esforço extraordinário da instituição a todos os níveis, desde o financeiro, infraestruturas, até ao nível de recursos humanos.

No que respeita ao Balanço 2020, e analisando as principais rubricas que compõem verifica-se um equilíbrio e estabilidade da estrutura financeira, relativamente ao ano corrente.

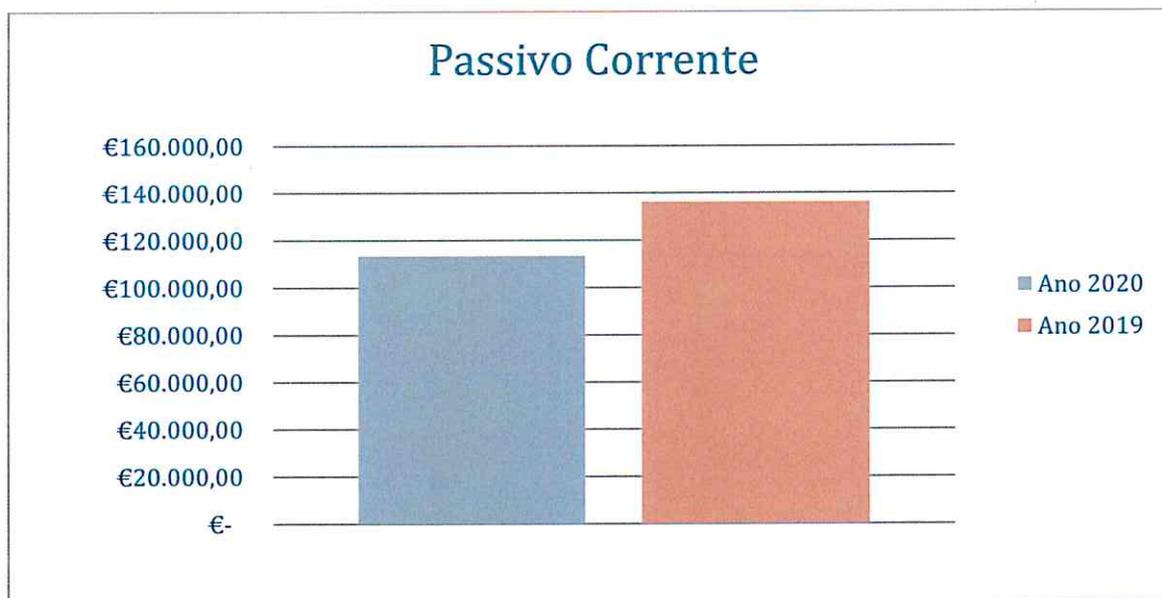
O Resultado Líquido do exercício de 2020 foi positivo no valor de 6.345,64€ (seis mil trezentos e quarenta cinco euros e sessenta e quatro cêntimos) depois de deduzidas as Depreciações do exercício no montante de 20.965,80€ (vinte mil novecentos e sessenta e cinco euros e oitenta cêntimos). Este resultado deve-se essencialmente aos gastos extraordinários com os equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para combate ao covid-19 e pela diminuição de rendimentos na valência de Centro Dia.

EXERCÍCIOS	2020	2019
Resultados	6.345,64€	24.880,86€

Propormos, que este resultado do exercício, seja aprovado e transferido para a conta 56-Resultados Transitados.

▪ POSIÇÃO FINANCEIRA -PASSIVO CORRENTE

RÚBRICAS	PASSIVO CORRENTE		Variação
	2020	2019	%
Fornecedores	6.121,71 €	16.325,27 €	-63%
Estado e outros entes públicos	12.680,31 €	10.768,96 €	18%
Pessoal	12.847,09 €	16.318,76 €	-21%
Financiamentos Obtidos	30.000,00 €	31.000,00 €	-3%
Outras Contas a Pagar	51.661,36 €	61.651,52 €	-16%
Total	113.310,47 €	136.064,51 €	-17%
% Variação	-17 %		



Concluimos que em 2020 verificou-se uma diminuição do passivo corrente em -17% comparativamente com o ano anterior, representando uma diminuição de cerca de 22.754,04€.

▪ Gastos e Perdas

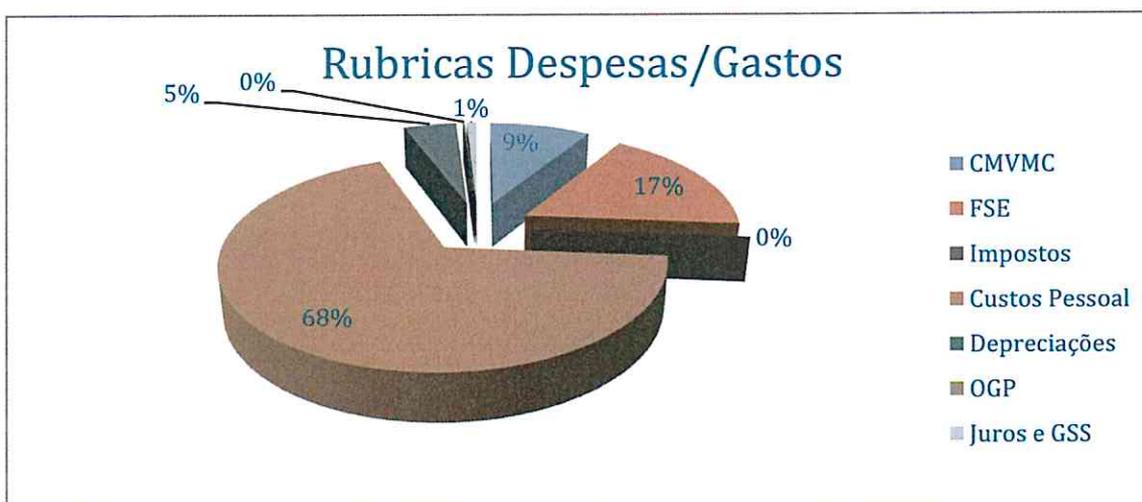
Os gastos atingiram em 2020, um total de 449.778,57 €.

A rubrica Gastos com Pessoal foi a que absorveu a maior percentagem dos rendimentos criados e arrecadados, representando cerca de 68% do total dos Gastos.

Os outros Gastos, representam na sua totalidade cerca de 32% dos gastos totais.

Para melhor compreensão e análise, podemos traduzir os gastos, com base num gráfico, onde se demonstra os montantes aplicados em cada uma das rubricas:

RÚBRICAS – Despesas/Gastos	2020	2019	Variação
CMVMV	40.161,45 €	47.224,23€	-15%
Fornecimento e Serviços Externos	78.456,13 €	77.928,97€	1%
Impostos	0,00 €	0,00€	0,00%
Custos com Pessoal	305.413,32 €	304.716,62€	0,2%
Depreciações	20.965,80 €	25.265,80€	-17%
Outros Gastos e Perdas	744,78 €	570,79€	30%
Juros e Gastos Similares Suportados	4.037,09 €	4.657,51	-13%
TOTAL	449.778,57 €	460.363,92 €	-2.30%



Para melhor compreensão da rubrica Fornecimento Serviços Externos apresentamos seguinte quadro com as contas detalhadas:

Fornecimento e Serviços Externos	2020	2019	Variação
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	40.161,45 €	47.224,23 €	-14,96%
Eletricidade	8.405,56 €	9.633,29 €	-12,74%
Combustíveis (Gasóleo e Gasolina)	3.410,29 €	6.491,87 €	-47,47%
Gás	7.841,81 €	8.990,04 €	-12,77%
Água	1.912,79 €	2.243,81 €	-14,75%
Honorários	455,00 €	6.840,50 €	-93,35%
Conservação e Reparação - Edifício	7.424,85 €	5.367,92 €	38,32%
Conservação e Reparação - Automóveis	3.432,81 €	2.738,37 €	25,36%
Conservação e Reparação - Eletrodomésticos	76,00 €	727,84 €	-89,56%
Trabalhos Especializados	13.195,87 €	13.725,55 €	-3,86%
Materiais (Inclui 6238 - EPI'S Covid-19)	17.170,46 €	4.561,67 €	276,41%
Outros Gastos (Comunicação/Seguros/Limpeza/etc.)	15.130,69 €	16.608,11 €	-8,90%
Totais	118.617,58 €	125.153,20 €	-5,22%

Os gastos relacionados com os materiais de proteção individual e coletiva do Covid-19, estão registados na contabilidade na conta 6238 – Outros, e totaliza o valor total de € 11.375,16. Do valor apresentado € 1.661,00, foram donativos em espécie doados à Instituição, valor que também está registado na rubrica de donativos.

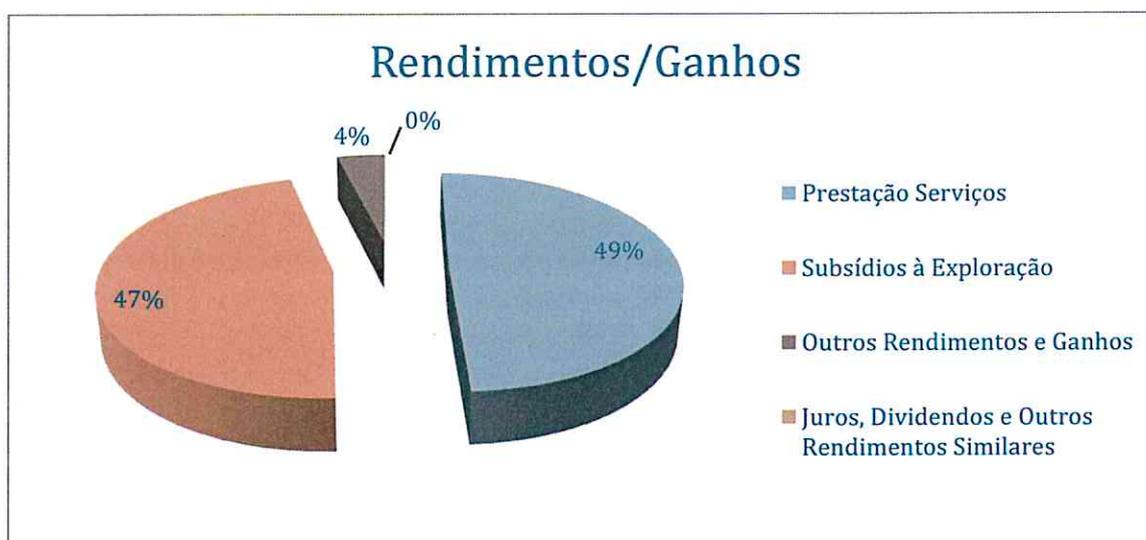
▪ RENDIMENTOS E GANHOS

Os Rendimentos evidenciam a capacidade de financiamento da Instituição para fazer face às despesas. Os Rendimentos em 2020, ascenderam um valor de 456.124,21€.

Do total dos rendimentos criados e arrecadados, cerca de 49% são Rendimentos Próprios e 47% são Rendimentos provenientes do Estado, nomeadamente do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social.

Conclui-se que a Instituição no ano de 2020, arrecadou 456.124,21€ de Rendimentos para fazer face a um volume de Gastos de 449.778,57€ apresentando um lucro de 6.345,64€. Os Rendimentos em 2020 tiveram a seguinte distribuição pelas diferentes fontes de receita:

RÚBRICAS – Rendimentos/Ganhos	2020	2019	Variação
Prestações Serviço (mensalidades utentes)	224.713,92 €	257.317,54 €	-13%
Subsídios à Exploração (acordos cooperação)	213.411,18 €	203.262,37 €	5%
Outros Rendimentos e Ganhos	17.999,11 €	24.664,87 €	-27%
Juros, Dividendos, Outros Rendimentos Similares	0,00 €	0,00 €	
TOTAL	456.124,21 €	485.244,78 €	-6%



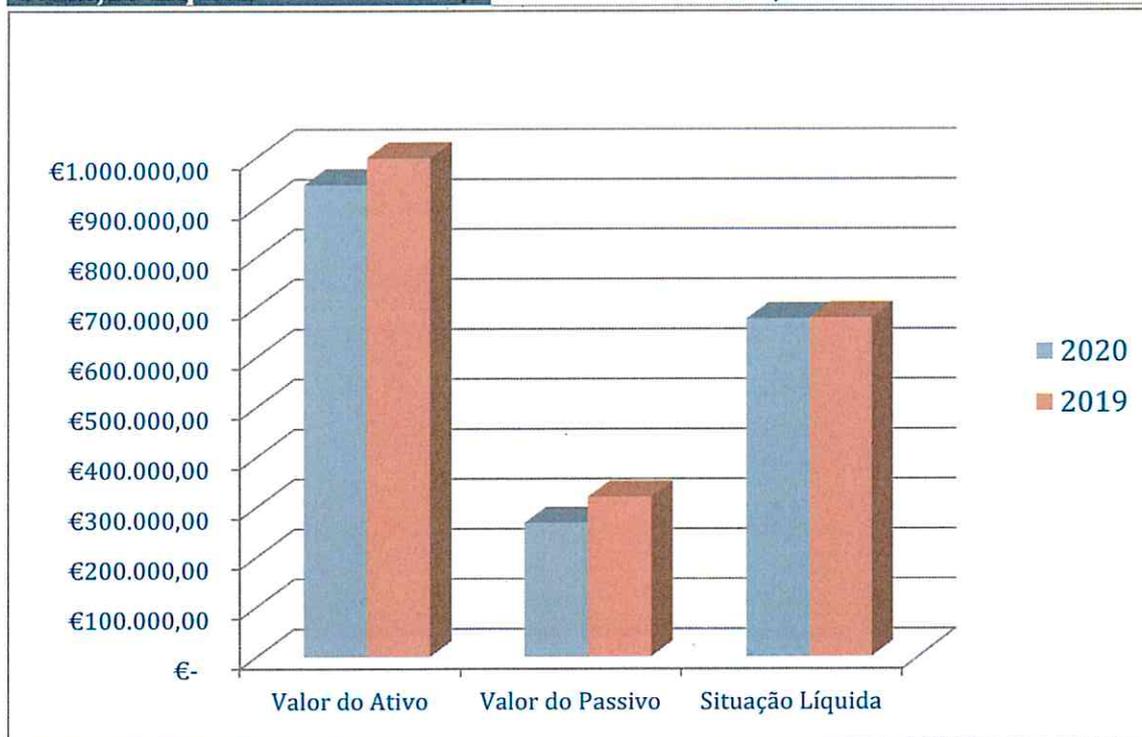
Para melhor compreensão dos rendimentos/ganhos apresentamos seguinte quadro com as contas detalhadas:

RENDIMENTOS E GANHOS	2020	2019	Variação
Prestação de Serviços - Lar	142.309,84 €	128.485,41 €	10,76%
Prestação de Serviços - Centro Dia	37.658,91 €	79.755,39 €	-52,78%
Prestação de Serviços - Apoio Domiciliário	43.472,67 €	47.831,74 €	-9,11%
Quotas - Associados	1.272,50 €	1.245,00 €	2,21%
Subsídios ISS,IP - Centro Distrital - LAR	77.911,32 €	75.797,49 €	2,79%
Subsídios ISS,IP - Centro Distrital - Centro Dia	44.593,33 €	40.406,91 €	10,36%
Subsídios ISS,IP - Centro Distrital - Apoio Domiciliário	87.508,48 €	85.579,99 €	2,25%
Subs - ISS,IP / IEFEP (apoios covid 19)	3.398,05 €	0,00 €	100,00%
Consignação IRS	2.794,81 €	4.015,39 €	-30,40%
Donativos	5.417,38 €	10.090,75 €	-46,31%
Outros - MV / Outros	1.866,92 €	2.116,71 €	-11,80%
Imputação de Subsídios para Investimento	7.920,00 €	9.920,00 €	-20,16%
	456.124,21 €	485.244,78 €	-6,00%

- SITUAÇÃO PATRIMONIAL E RESULTADO DO PERÍODO

- SITUAÇÃO PATRIMONIAL

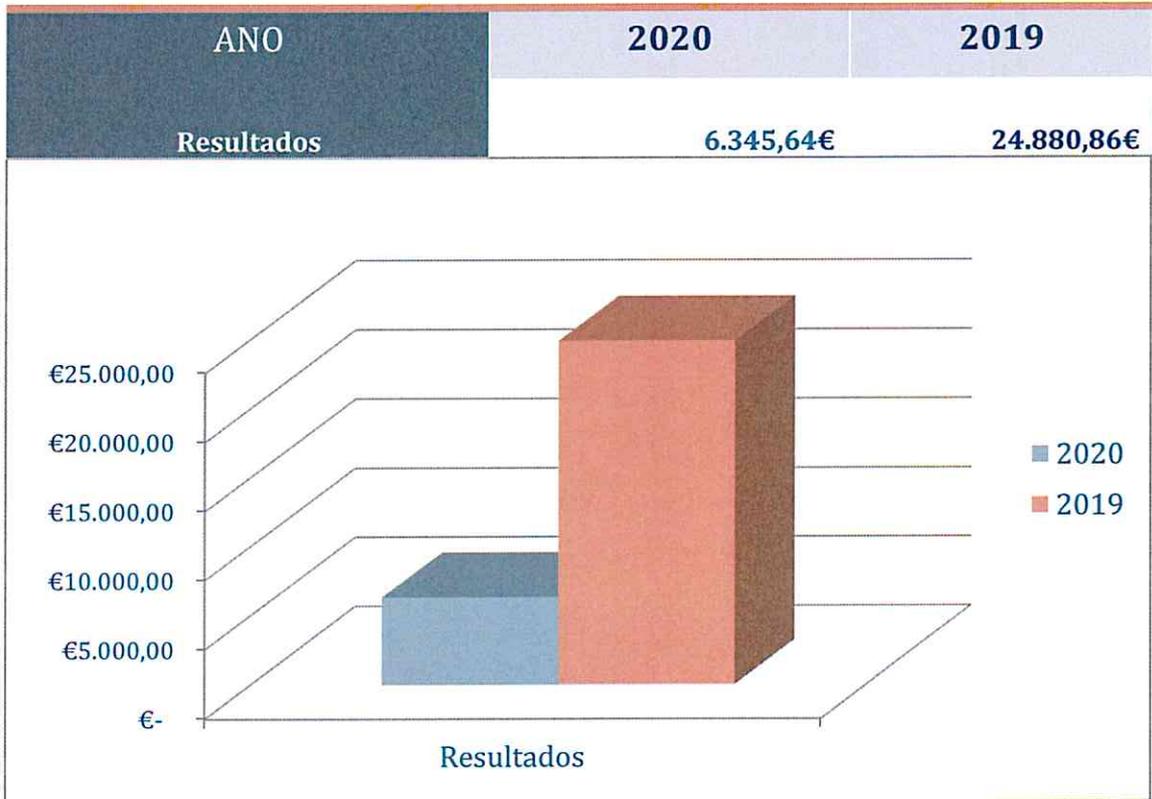
	2020	2019
Valor do Ativo	945.342,65 €	998.738,44 €
Valor do Passivo	268.828,40 €	320.649,83 €
Situação Líquida	676.514,25 €	678.088,61€



[Handwritten signature]

[Handwritten signatures: Justin, Kelly, Mary, Pz, Pj.]

▪ RESULTADO DO PERÍODO



Proposta de aplicação de resultados

A Direção propõe à consideração a seguinte aplicação dos resultados:

Que o resultado líquido apurado, no valor de 6.345,64€ seja transferido para a rubrica de Resultados transitados.

Analisadas as principais rubricas que compõem as demonstrações financeiras, verifica-se que a situação da Instituição se encontra estável.

Existiu um aumento e melhoria em algumas variáveis, nomeadamente ao nível da diminuição do passivo corrente da Instituição, nomeadamente nas rubricas de Financiamentos Obtidos e Fornecedores. Esta diminuição traduziu-se numa diminuição dos meios líquidos disponíveis e pela maior solvabilidade no pagamento das dívidas de terceiros.

De realçar mais uma vez, para a continuidade de uma gestão prudente e rigorosa, de forma a assegurar e reforçar a sustentabilidade dos exercícios futuros.

Feita a demonstração das Contas do exercício de 2020, com o auxílio de todos os elementos contabilísticos disponíveis e necessários, que anexamos, esperamos merecer de todos a aprovação das Contas e do Balanço, convictos de termos feito o melhor possível, e com a promessa de continuarmos a desenvolver todos os esforços para o engrandecimento desta Instituição.

Esperamos a compreensão e colaboração de todos, que desde já agradecemos.

Braga, 29 de Junho de 2021

A Direção



Joaquim
Manuel
7248 6244
D. Maria C.

ANEXOS

BALANÇO 2020

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2020

DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA 2020

BALANCETES DE 2020

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2020

Centro Social Paroquial de Mire de Tibães

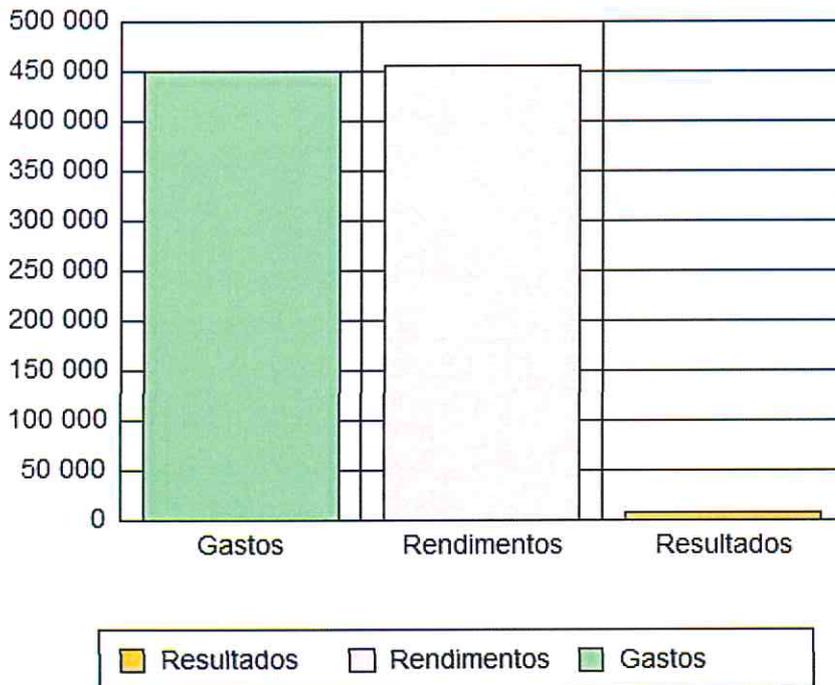
Análise de Gastos e Rendimentos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like "Luís", "Paulo", and "P.F.".

Ano de 2020

(Valores em Euros)

Gastos		Rendimentos	
61	40 161,45	71	0,00
62	78 456,13	72	224 713,92
63	305 413,32	73	0,00
64	20 965,80	74	0,00
65	0,00	75	213 411,18
66	0,00	76	0,00
67	0,00	77	0,00
68	744,78	78	17 999,11
69	4 037,09	79	0,00
449 778,57		456 124,21	
Resultados Líquidos: 6.345,64			



Centro Social Paroquial de Mire de Tibães

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 506450210

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		224.713,92	257.317,54
Subsídios, doações e legados à exploração		213.411,18	203.262,37
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		40.161,45	47.224,23
Fornecimentos e serviços externos		78.456,13	77.928,97
Gastos com o pessoal		305.413,32	304.716,62
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		17.999,11	24.664,87
Outros gastos		744,78	570,79
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		31.348,53	54.804,17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		20.965,80	25.265,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10.382,73	29.538,37
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		4.037,09	4.657,51
Resultados antes de impostos		6.345,64	24.880,86
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		6.345,64	24.880,86

Joaquim Gonçalves
Presidente

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/20	31/dez/19
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		823 763,35	844 729,15
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		2 170,09	1 382,93
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		825 933,44	846 112,08
Ativo corrente			
Inventários		374,02	1 218,39
Créditos a receber – Utentes		720,43	1 755,42
Estado e outros entes públicos		322,57	1 542,14
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		1 528,77	1 210,24
Outros ativos correntes		1 044,89	2 530,69
Caixa e depósitos bancários		115 418,53	144 369,48
		119 409,21	152 626,36
Total do ativo		945 342,65	998 738,44
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		61 077,61	61 077,61
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		300 211,00	275 330,14
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		308 880,00	316 800,00
		670 168,61	653 207,75
Resultado líquido do período		6 345,64	24 880,86
Total dos fundos patrimoniais		676 514,25	678 088,61
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		155 517,93	184 585,32
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		155 517,93	184 585,32
Passivo corrente			
Fornecedores		6 121,71	16 325,27
Estado e outros entes públicos		12 680,31	10 768,96
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		86,32	52,33
Financiamentos obtidos		30 000,00	31 000,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		64 422,13	77 917,95
		113 310,47	136 064,51
Total do passivo		268 828,40	320 649,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		945 342,65	998 738,44

A Direção

 Joaquina Gomes
 Diretora
 Jorge Gomes
 Presidente

O responsável

Centro Social Paroquial de Mire de Tibães
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		224 476,41	250 994,15
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		136 168,49	137 152,61
Pagamentos ao pessoal		205 157,10	211 288,57
Caixa gerada pelas operações		-116 849,18	-97 447,03
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	-203,82
Outros recebimentos/pagamentos		122 003,01	146 546,81
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		5 153,83	48 895,96
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		30 067,39	29 472,53
Juros e gastos similares		4 037,09	4 657,51
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-34 104,48	-34 130,04
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-28 950,95	14 765,92
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		144 369,48	129 603,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período		115 418,53	144 369,48

A Direcção

O Responsável

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Julia', 'Mant', 'B.', and 'P.'.

Centro Social Paroquial de Mire de Tibães

Anexo

31 de Dezembro de 2020

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5	Ativos Fixos Tangíveis	12
6	Ativos Intangíveis.....	15
7	Locações.....	15
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	16
9	Inventários	16
10	Rédito.....	17
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	17
12	Imposto sobre o Rendimento	17
13	Benefícios dos empregados.....	17
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
15	Outras Informações	18
15.1	Investimentos Financeiros	18
15.2	Clientes e Utentes.....	19
15.3	Outras contas a receber.....	19
15.4	Diferimentos	20
15.5	Caixa e Depósitos Bancários	20
15.6	Fundos Patrimoniais	20
15.7	Fornecedores	20
15.8	Estado e Outros Entes Públicos	21
15.9	Outras Contas a Pagar	21
15.10	Subsídios, doações e legados à exploração	21
15.11	Fornecimentos e serviços externos	22
15.12	Outros rendimentos.....	22
15.13	Outros gastos.....	22
15.14	Resultados Financeiros	23
15.15	Acontecimentos após data de Balanço	23

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F. S.', 'M. S.', 'M. S.', 'P. S.', and 'P. S.'.

1 Identificação da Entidade

O “Centro Social Paroquial de Mire de Tibães” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “pessoa jurídica canónica de natureza pública” com estatutos publicados no Diário da República n.º 03/04, do livro 06, folhas 111v, Série II, com sede em Rua dos Verdes, n.º 4, Mire de Tibães, 4700-565 Braga. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Estrutura Residência para pessoas idosas
- Centro de Dia
- Apoio Domiciliário

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

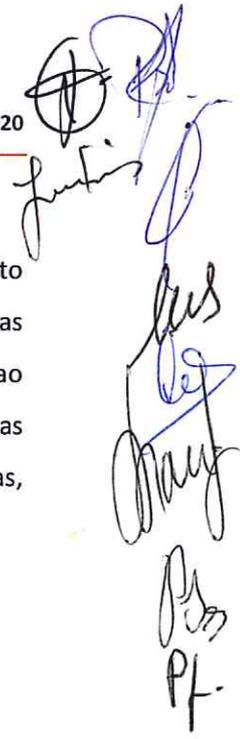
A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.



3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

A Entidade não regista movimento nesta rubrica.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	5

A vida útil de cada ativo, deve ser revista anualmente, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao-menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo .

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo

do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

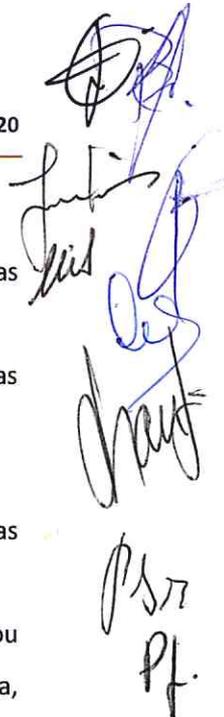
Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 17% ou 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.



4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos TangíveisBens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2019, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

No período de 2020, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	59 856,00					59 856,00
Edifícios e outras construções	979 908,92					979 908,92
Equipamento básico	85 761,11					85 761,11
Equipamento de transporte	72 630,36					72 630,36
Equipamento biológico	0,00					15 795,11
Equipamento administrativo	15 795,11					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	523,55					523,55
Total	1 214 474,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1 214 474,90
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	195 781,10					195 781,10
Equipamento básico	86 115,78					86 115,78
Equipamento de transporte	71 530,36					71 530,36
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	15 795,11					15 795,11
Outros Ativos fixos tangíveis	523,55					523,55
Total	369 745,90	0,00	0,00	0,00	0,00	369 745,90

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	59 856,00					59 856,00
Edifícios e outras construções	979 908,92					979 908,92
Equipamento básico	85 761,11					85 761,11
Equipamento de transporte	72 630,36					72 630,36
Equipamento biológico	0,00					15 795,11
Equipamento administrativo	15 795,11					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	523,55					523,55
Total	1 214 474,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1 214 474,90
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	215 379,28					215 379,28
Equipamento básico	86 933,40					86 933,40
Equipamento de transporte	72 080,36					72 080,36
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	15 795,11					15 795,11
Outros Ativos fixos tangíveis	523,55					523,55
Total	390 711,70	0,00	0,00	0,00	0,00	390 711,70



6 Ativos Intangíveis

A Entidade não regista no seu património bens dos ativos intangíveis.

7 Locações

A Entidade não regista movimentos nesta rubrica.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	30 000,00	155 517,93	185 517,93	31 000,00	184 585,32	215 585,32
Loações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	30 000,00	155 517,93	185 517,93	31 000,00	184 585,32	215 585,32

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2019		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	39 317,08	0,00	374,02	46 835,37	0,00	1 218,39
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	39 317,08	0,00	374,02	46 835,37	0,00	1 218,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				40 161,45			47 224,23
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	223 441,42	256 072,54
Quotas e joias	1 272,50	1 245,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Cantinas Sociais	0,00	1 650,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	224 713,94	257 317,54

11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo		
	213 411,18	203 262,37
Apoios do Governo		
Total	213 411,18	203 262,37

12 Imposto sobre o Rendimento

No ano de 2020, não houve imposto corrente contabilizado.

Descrição	2020	2019
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

13 Benefícios dos empregados

O número de membros do órgão da direção, nos períodos de 2020 e 2019, foram, seis.

Os órgãos da direção não usufruem de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 29 e em 31/12/2020 foi de 26.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	246 935,12	250 618,86
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	-654,00	-2 082,38
Encargos sobre as Remunerações	53 519,21	51 734,33
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 607,49	3 785,51
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	697,50	660,30
Total	305 413,32	304 716,62

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros"- Instituição de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP – IGFCSS, IP. A instituição é obrigada a efetuar para fundos de compensação, entregas de 1%, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

Descrição	2020	2019
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	2 170,09	1 382,93
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	2 170,09	1 382,93

15.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	720.43	1 755,42
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	720.43	1 755,42

15.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	1 044,89	2 530,69
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	1 044.89	2 530,69

15.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
Total	1 528,77	2 066,51

15.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2020	2019
Caixa	9,13	154,28
Depósitos à ordem	115 409,40	144 215,20
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	115 418,53	129 603,56

15.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	61 077,61	0,00	0,00	61 077,61
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	275 330,14	24 880,86	0,00	300 211,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	316 800,00	0,00	-9 920,00	308 880,00
Total	653 207,75	24 880,86	-9 920,00	670 168,61

15.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	6 121,71	16 325,27
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	6 121,71	16 325,27

15.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – Reembolso bens alimentares	322,57	1 542,14
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	322,57	1 542,14
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	604,70	504,84
Segurança Social	11 805,88	9 426,38
Outros Impostos e Taxas – FCT/FCGT	269,73	73,83
Total	12 680,31	10 005,05

15.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		12 847,09		16 318,76
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		51 575,04		61 599,19
Total	0,00	64 422,13	0,00	77 917,95

15.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	210 013,13	201 784,39
Subsídios de outras entidades	3 398,05	1 477,98
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	213 411,18	203 262,37

15.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos - Médica	4 400,00	4 600,00
Serviços especializados	24 584,53	29 400,18
Materiais	17 170,46	4 561,67
Energia e fluidos	21 570,45	27 359,01
Deslocações, estadas e transportes	5,75	2,60
Serviços diversos	10 724,94	12 005,51
Total	78 456,13	77 928,97

15.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	101,26	53,35
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	17 897,85	24 611,52
Total	17 999,11	24 664,87

15.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	58,51	55,52
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	686,27	515,27
Total	744,78	570,79

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 PL.

15.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4 037,09	4 632,26
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	25,25
Total	4 037,09	4 657,51
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-4 037,09	-4 657,51

15.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção.

Mire de Tibães, 29 de junho de 2021

O Contabilista Certificado

A Direção

Handwritten signature of the Certified Accountant

Handwritten signature of the Director
 [Signature]
 Joaquim
 [Signature]
 TOME EDUAR
 [Signature]